



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2024

1. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de São Roque do Canaã, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 01.612.865/0001-71, com sede na Rua Lourenço Roldi, nº 88, bairro São Roquinho, foi criado através da Lei Estadual nº 5147, publicada no Diário Oficial em 18/12/1995, conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE de 10.866 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/sao-roque-do-canaa/panorama>), está situado a 120 km da capital Vitória, e possui uma área de 341,944 Km².

2. DOS REGISTROS ORÇAMENTÁRIOS.

A execução orçamentaria das atividades do Poder Executivo foram amparadas pelas Leis Municipais nº 1096/2023 (LOA), que aprovou o orçamento para o exercício de 2024, e concedeu um percentual para abertura de créditos adicionais suplementares até o Limite de 30% das despesas autorizadas, limite este ampliado para 45% através da Lei 1.111/2024, ficando também autorizados e excluídos da apuração do limite previsto os seguintes créditos, conforme art. 7º da referida Lei:

Art. 7º. Ficam autorizados e excluídos do limite previsto no caput do artigo 6º desta Lei os créditos adicionais suplementares:

I - Provenientes da utilização de fontes de recursos de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no termo do inciso I do §

1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964;

II - Provenientes da utilização de fontes de recursos por excesso de arrecadação nos termos do inciso II do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº. 4320, de 17

de março de 1964;

III - provenientes da utilização de fonte de recursos de convênios,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

conforme parecer Consulta TCEES Nº 028/2004; e

IV - Destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal e encargos, de acordo com o estabelecido no Art. 66, parágrafo único, da Lei Federal 4.320,

de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes da anulação de dotações consignadas no mesmo grupo de despesa.

Também fora aberto crédito especial no valor de R\$ 13.375,00 através da Lei 1107/2024.

3. DOS REGISTROS PATRIMONIAIS.

3.1 Critérios de depreciação: a depreciação é aplicada mensalmente através do método linear, a partir do início do uso do bem, sendo que o mês da aquisição do bem não é computado para fins do período de depreciação.

3.2 Critérios de mensuração de ativos: os ativos são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

3.3 Critérios para provisão de férias e décimo terceiro: foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos servidores até a data do balanço, com informações emitidas pelo Setor de Recursos Humanos sendo que a Provisão de 13º Salário e Encargos sociais foi baixada conforme o pagamento até a data do balanço.

4. DOS REGISTROS FINANCEIROS.

4.1 Recursos disponíveis: Ao término do exercício, a unidade gestora prefeitura municipal apurou um superavit financeiro de R\$ 19.125.036,79.

4.2 Aplicações financeiras: Durante o exercício, todos os recursos foram aplicados em conta de aplicação ou poupança.

5. MÉTODO DE ESCRITURAÇÃO DOS FATOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A escrituração contábil é feita pelo Sistema de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desenvolvido pela Empresa E&L Produções de Software LTDA e os resultados do exercício de 2024 estão evidenciados nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, composto por:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

6. LEGISLAÇÃO APLICADA

As Demonstrações Contábeis da Unidade Gestora Prefeitura Municipal foram elaboradas em observância com os dispositivos legais da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

São Roque do Canaã – ES, 17 de março de 2025.

ALANA RODRIGUES GRAMLICH
Chefe do Setor de Contabilidade
CRC ES 022509/O-0